

EQUIPES TÉCNICAS EM AÇÃO: ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA TEORIA ATOR-REDE

*Jorge Chavez¹
Leonardo Riet²*

RESUMO

Desde o ano de 2005 até o presente momento, o Estado uruguaio vem implementando um complexo dispositivo de políticas sociais dirigidas à setores vulneráveis da sociedade. Uma destas políticas, definida como prioritária durante o segundo governo progressista (2010-2015), é a atenção à pessoas em situação de rua. Este trabalho é resultado de uma investigação realizada sobre o dispositivo de atenção à esta problemática focando diretamente as práticas das equipes técnicas multidisciplinares. O objetivo desse artigo é apresentar algumas das ações que realizam as equipes técnicas na execução da política pública, utilizando para sua descrição as ferramentas conceituais da Teoria Ator-Rede. Em seguida, abordamos os processos de subjetivação naqueles que participam das equipes técnicas sob a perspectiva das práticas de condução das condutas, contribuição dos estudos da governamentalidade.

Palavras-chave: *Políticas públicas, equipes técnicas, Teoria Ator-Rede, governamentalidade, subjetividade.*

¹ Professor de História da Psicologia e Projetos de Investigação na faculdade de psicologia da Universidad de la Republica. Mestre em Psicologia e Educação pela Universidad de la República (Uruguai). Doutorando em Psicologia pela Universidad Nacional de Córdoba (Argentina).

² Mestrando em “Extension Rural” pela faculdade de veterinária da Universidad de la Republica (UdelaR). Graduando do Programa de Fundamentos Históricos e Políticos das Práticas em psicologia da UdelaR.

EQUIPOS TÉCNICOS EN ACCIÓN: ESTUDIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESDE LA TEORÍA ACTOR RED

RESUMEN

Desde el año 2005 a la actualidad, el Estado uruguayo viene implementando un complejo dispositivo de políticas sociales dirigidas a sectores vulnerables de la sociedad. Una de éstas políticas, definida como prioritaria durante el segundo gobierno progresista (2010-2015), es la atención a personas en situación de calle. Este trabajo resulta de una investigación realizada sobre el dispositivo de atención a esta problemática y se enfoca directamente en las prácticas de los equipos técnicos multidisciplinarios. El interés de este artículo es presentar algunas de las acciones que realizan los equipos técnicos en la ejecución de la política pública, utilizando para su descripción las herramientas conceptuales aportadas por la Teoría Actor-Red. A su vez, abordamos los procesos de subjetivación en los que participan los equipos técnicos desde la perspectiva de las prácticas de conducción de las conductas aportadas por los estudios de la gubernamentalidad.

Palabras Clave: *Políticas públicas, equipos técnicos, teoría actor red, gubernamentalidad, subjetividad*

INTRODUÇÃO

Durante os anos de 2011-2013 realizamos³ a investigação “Sistematização e construção de estratégias e ferramentas para a inclusão social de pessoas em situação de rua”⁴. Nos propomos neste artigo a apresentar alguns resultados e reflexões sobre essa experiência.

Estudamos as práticas das equipes técnicas que intervêm sobre “uma problemática extremamente complexa e multicausal, em que a vulnerabilidade social se reflete, não só nas condições socioeconômicas mas também associada a outros componentes” (MIDES, 2011). O consumo problemático de substâncias psicoativas, alcoolismo, transtornos mentais, perda de habilidades laborais e debilitação das redes de vínculo são alguns componentes que atravessam a problemática das pessoas em situação de rua.

O Ministério de Desenvolvimento Social⁵ (daqui por diante MIDES) desde sua criação em 2005, se encarregou das pessoas em situação de rua e de seu constante crescimento, o que provocou uma contínua readequação da política pública.

Uma das respostas do MIDES para abordar esse problema foi o Programa de Atenção aos sem Teto. Se iniciou em 2005 com 330 postos repartidos em refúgios noturnos, centros diurnos e albergues para núcleos familiares. Em 2012 ofereceu 23 Centros Noturnos; 12 Centros 24 horas, 2 Centros Diurnos, 9 Centros no interior do país e 7 Centros de Contingência⁶. Estes centros funcionam durante todo o ano e atendem a mais de 1300 pessoas. Nesses 7 anos, o atual Programa de Atención a la Situación de Calle (daqui por diante PASC) atendeu a mais de 8000 pessoas sozinhas e 1200 famílias.

Cada projeto de atenção do PASC (Centros Noturnos, Diurnos, abrigos, equipe móvel e porta de entrada⁷) conta com uma equipe técnica composta por um

³ A equipe de investigação era integrada por: Jorge Chávez, Leonardo Riet, Verónica Galizia, Laura Restrepo, Juan Carlos Gomez e Maximiliano Arnaud.

⁴ Financiado pela Comissão Setorial de Investigación Científica da UDELAR.

⁵ Site do MIDES: [HTTP://www.mides.gub.uy/](http://www.mides.gub.uy/)

⁶ Os Centros de Contingência são Centros Noturnos habilitados para situações de emergência; habitualmente no inverno.

⁷ Porta de Entrada. Onde se realiza o ingresso ao PASR, se recebe as pessoas na rua derivadas de outras instituições ou aquelas que chegam por vontade própria e logo são levadas a Centros Noturnos, ou Diurnos.

coordenador, profissionais da psicologia, assistência social, educação social, enfermeiros e educadores (entre 10 e 15 integrantes).

Para desenvolver a investigação optamos por uma metodologia qualitativa. Entrevistamos Coordenadores de equipes técnicas, psicólogos, assistentes sociais e educadores de diferentes centros. Entre novembro de 2011 e outubro de 2012 realizamos observações em centros noturnos de mães com filhos, de homens solteiros, em Porta de Entrada, Equipe Móvel e espaços coletivos de supervisão. Ao final do trabalho de campo, realizamos dois grupos de discussão com integrantes de diversas equipes técnicas.

EQUIPES TÉCNICAS COMO ATOR-REDE

A perspectiva teórica que utilizamos para a investigação situa-se no campo dos estudos sociais da ciência e tecnologia, mais especificamente, dos desenvolvimentos compreendidos dentro da Teoria Ator-Rede (daqui por diante TAR).

Definimos as equipes técnicas como um ator-rede, um conjunto sociotécnico que se configura no momento de implementar-se a política pública.

Tal como coloca Aguillar (1992) a política pública, em sua execução, segue por dois caminhos: aquilo que se diz e aquilo que efetivamente se faz. “Não somente o que o governo diz e quer fazer. Também o que realmente faz e consegue, por si mesmo ou em interação com os atores públicos e sociais, além de suas intenções” (p. 25).

O curso das ações da política não implica uma trajetória linear de um lugar de planificação à outro de execução, mas se refere a uma dinâmica, onde as ações se dispersam gerando outras ações, ligadas por lógicas comuns. No caso estudado, o tecido produzido reflete um programa dinâmico e complexo. Se caracteriza por permanentes situações de emergência, população atendida muito heterogênea, contínuas mudanças nas hierarquias do PASC e conseqüentemente, nas formas de implementar o programa.

Um universo singular emerge a partir das ações da política do PASC e nessa realidade se produzem dispositivos, práticas e discursos; a realidade é construída e essa construção é contingente (LAW, 2004; LATOUR, 2008). As práticas das equipes técnicas constroem a realidade do PASC em conjunto com múltiplos atores.

Para nosso estudo nos focalizamos nas práticas das equipes multidisciplinares, analisando o modo pelo qual fazem uso do conhecimento científico-tecnológico por meio da invenção de dispositivos e da aplicação de tecnologias.

Para estudar a dinâmica de ramificação da política pública, nos pareceu pertinente tomar a perspectiva das redes sociotécnicas, já que nos permitiu seguir as conexões entre ‘artefatos tecnológicos, usuários ou atores virtuais, energias, fluxos de informação e comunicação, materiais...’ (TIRADO e GALVEZ, 2002:2).

Considerando o envolvimento de atores humanos, não humanos e procedimentos técnicos na formação das redes, nos centramos nas ações nas quais participam estas entidades. O agenciamento dos elementos produz um conjunto heterogêneo que configura uma rede que se articula a outras redes e mobiliza recursos, decisões e a outros atores (AGUILAR, 1992; GRAU, INIGUEZ, SUBIRATS, 2010).

Ações e efeitos, previstos e imprevistos, multiplicidade e heterogeneidade, dão conta de um universo em ebulição. Qualquer coisa que modifique o estado de algo, provocando algum tipo de mudança na rede em que se inscreve, é considerado um ator, ou um actante se não possui uma figuração concreta (TIRADO e DOMENECH, 2005).

Latour (2008) define ator-rede como um objeto híbrido, cuja identidade é resultante das relações que o conformam. Focalizamos o ator-rede principal nas equipes técnicas que trabalham com pessoas em situação de rua no marco do PASC.

Os atores ou actantes da política pública conectam elementos, ordenam a rede e a estabilizam momentaneamente. Transportam sentidos e significados participando como intermediários ou mediadores.

O intermediário transporta um significado sem transformá-lo; “elementos que se limitam a facilitar ou veicular, simplesmente, os propósitos ou energia de um agente ou objeto. O papel dos intermediários é de estabelecer um vínculo entre um sujeito e um objeto, um propósito e um meio...” (TIRADO E DOMENECH, 2005:15).

A mediação indica a existência de um acontecimento (LATOUR, 2001), é a capacidade de traduzir o que transporta e nessa tradução transformá-lo, redefini-lo ou traí-lo (TIRADO e DOMENECH, 2005), os mediadores localizam o foco no ‘entre’, no que se passa no ‘meio’.

A equipe técnica é um ator que faz a mediação entre diversos elementos da rede que participa. Nessa ação opera um duplo movimento, de simplificação e de justaposição (CALLON, 1998).

A simplificação é o exercício de síntese e submetido à rede na qual se situa a equipe técnica, justapondo múltiplos elementos heterogêneos (CALLON, 1998). A heterogeneidade se refere à rede do PASC e suas conexões com outras redes (Saúde, Trabalho, Habitação, etc.), com as que realizam derivações, recepções e coordenações. Justapõem dimensões políticas por meio de decisões de autoridades do PASC, enunciados de atores político partidários, dos meios de comunicação, da cidadania e reivindicações dos próprios usuários do Programa.

À síntese dos elementos heterogêneos pode agregar-se o clima (inverno), as situações de emergência (frio polar, inundações), a logística, o cuidado dos outros e de si, os diversos saberes, experiências e capacidades daqueles que integram as equipes, afetações, visões de mundo e concepções sobre o fenômeno no qual se intervém.

As equipes técnicas possuem agência, transformam as distribuições de ações na rede sociotécnica enquanto fabricam a realidade. Uma das primeiras ações deste ator-rede corresponde a tomar contato e fazer-se parte da política planejada, iniciando sua participação no processo de tradução.

TRADUÇÃO E ENGAJAMENTO

O conceito de tradução permite estudar a dinâmica de produção das políticas públicas, descrever e entender como se chega a uma ordem determinada das coisas (GRAU, IÑIGUEZ, SUBIRATS, 2010). Este conceito não possui uma definição unívoca para a TAR, refere-se à processos mais que a resultados, processos de deslocamentos de interesses e transformações. Permite explicar “como uns poucos obtém o direito de expressar e representar os numerosos atores silenciosos dos mundos natural e social aos quais mobilizaram (CALLON, 1995, p. 278).

Como mostram Grau, Iñiguez e Subirats (2010) no que diz respeito à perspectiva de redes sociotécnicas para a análise de políticas públicas: “não nos interessam nem a causa nem o porquê de nossas ações, senão o como, nas práticas cotidianas, vamos organizando, ordenando, configurando, dando forma a nosso entorno, mediante associações entre elementos heterogêneos, por meio dos mencionados processos de

tradução” (p. 68). Abordaremos o “como” por meio da caracterização das práticas cotidianas, visualizando o deslocamento de interesses e participação de instituições, equipes técnicas, funcionários do governo, procedimentos técnicos, artefatos da logística, o clima, entre outros.

Apesar de sua heterogeneidade a rede sociotécnica se mantém unida, nela são geradas alianças, se estabilizam identidades e papéis. Se produzem processos de engajamento, isto é, formas de convencer, e articular as ações dos elementos heterogêneos da rede para lograr um fim determinado (CALLON, 1995). O engajamento se justifica pelos objetivos do PASC e o agenciamento entre Estado e Terceiro Setor (OSC⁸) se realiza por meio dos chamados a licitações para gerir centros noturnos ou diurnos.

Os chamados à licitação operam no processo de tradução com um ponto de passagem obrigatório (CALLON, 1995). Neste ponto se produz o agenciamento entre os interesses do MIDES e as Organizações da Sociedade Civil. Se põem em jogo as intenções que cada ator possui, se produz uma tradução de metas. Entendemos essas intenções como um ‘programa de ação’, aquilo que antecipadamente se prevê que os atores podem fazer (LATOUR, 2001).

A tradução de metas, bem como a composição, ‘produção de caixas pretas’ e delegação, são diversos sentidos a partir dos quais se pode compreender a tradução (CORREA, 2012).

O agenciamento dos atores dá conta do traslado de um programa de ação (os objetivos do Estado), que é recebido, incorporado e tornado objeto de tradução por parte das equipes técnicas das OSCs. A produção de um novo programa nos leva ao segundo sentido, o de composição, entendido como “coordenação e transformação de distintos programas de ação para alcançar uma meta, produzindo-se nesse mesmo momento um intercâmbio de competências entre os actantes” (CORREA, 2012, P. 69).

Formando parte da composição identificamos os *fundamentos das práticas*⁹ das equipes técnicas; um sistema de ideias com as quais as equipes justificam o modo em que intervém no marco do PASC. Os *fundamentos* não operam como uma racionalidade

⁸ Os principais critérios orientadores das políticas sociais nas últimas décadas são: a descentralização, a focalização e a cooperação público-privada. Essa última se refere à terceirização da aplicação da política em campo por meio de Organizações Sociais.

⁹ Em itálico aparecerão algumas das categorias construídas na investigação a partir da análise das práticas cotidianas das equipes.

absoluta e totalizante para a equipe técnica, se apresentam como um viés que os identifica mais que outros posicionamentos ou ideias.

Encontramos fundamentações claramente definidas, por um lado de caráter *religioso-doutrinário* e por outro de caráter *sócio-educativo*. Ambas transladam visões singulares, concepções do sujeito, modos de entender os vínculos entre as pessoas e o trabalho com elas. Esta composição reúne interesses do MIDES-OSC e no caso da fundamentação de caráter religioso-doutrinário se expressa desta maneira: “entregar a parte cristã”, “incutimos alguns valores”, “nossa ideia é resgatar as pessoas”. O fundamento socioeducativo situa o foco sobre a tarefa educativa desenvolvida pela equipe técnica. Por meio da relação educativa se define o objeto da intervenção.

A partir das ações das equipes e dos actantes não humanos se compõem um novo programa de ação. O espaço físico e os regulamentos de convivência nos centros noturnos e diurnos mobilizam conteúdos tanto do fundamento religioso (imagens religiosas, oração antes do jantar), quanto do socioeducativo (painéis culturais, espaços recreativos).

Estas novas composições não emergem como efeitos buscados pela política para promover a inclusão social. Especificamente, aqueles que agenciam o Estado laico e o interesse religioso, aparecem naturalmente e operam imperceptivelmente no Programa. Podemos dizer que resultam invisíveis diante da relevância de outros dados mais funcionais à política, são parte da caixa-preta da implementação política.

O conceito de produção da caixa-preta (LATOUR, 2001), tomado dos estudos da ciência, resulta uma ferramenta interessante para considerar o uso dos dados de entrada (input) e os de saída (output) do trabalho científico. Consideramos que no caso de uma política pública, os dados iniciais e o resultado final, costumam ser dados importantes para avaliar um exercício. Porém não refletem a continuidade do exercício da política; tomando somente essas dimensões como relevantes se invisibilizam as ações que concernem à equipes e aos usuários da política.

Nos meios de comunicação o MIDES é apresentado como executor unilateral de um programa de atenção à situação de rua; “Abrigos do MIDES estão em condição de atender demandas” (LA REPÚBLICA, 2013), “Mides atenderá 1350 pessoas em situação de rua” (EL OBSERVADOR, 2013). Estamos frente à enunciados que produzem um efeito de construção de uma caixa preta da aplicação do PASC.

Abrir essa caixa preta diz respeito a estudar a política como um conjunto de ações complexas nas quais numerosos actantes desenvolvem ações diversas. As equipes técnicas criaram um conjunto de procedimentos racionais que põem em prática para alcançar seus objetivos, que chamamos *a elaboração do método*. Refere-se a um procedimento coletivo, interdisciplinar e reflexivo de resposta à demanda dos usuários ou pessoas em situação de rua. Começa-se destacando informação, entrevistando os usuários do programa e realizando informes que contribuam para *a construção do caso*.

Um elemento central na elaboração do método é que as equipes técnicas chamam a *construção do vínculo*. A confiança, o rapport, é um componente que caracteriza os *modos* de vínculo, seu *uso* como ferramenta que permite traçar linhas de trabalho; uma *estratégia de intervenção* da qual participam usuário e técnico.

Uma estratégia de proximidade, que chamamos de *proximidade e referenciação*. Isso possibilita ao técnico aproximar-se e acompanhar o usuário, uma vez que canaliza os interesses da política. O objetivo é despertar interesse e envolver os sujeitos em situação de rua a um cotidiano no qual os hábitos e a higiene pessoal sejam parte de suas condutas e se integrem a um processo de socialização efetiva, a que se busca chegar por meio do desenvolvimento de habilidades e capacidades das pessoas.

Este engajamento requer *estratégias de intervenção*, ações realizadas pela equipe que constam em uma etapa de planificação ou cálculo prévio e se caracterizam por serem elaboradas em um espaço de reflexão sobre a tarefa ou a partir do conhecimento acumulado.

A prática das equipes técnicas sintetiza e compõe seus fundamentos, objetivos, estratégias e métodos com os do PASC, estes elementos compõem a prática que se realiza com cada sujeito., com o objetivo de promover um *‘processo pessoal’*.

O próprio dispositivo de atenção do PASC reflete a ideia de processo. Se divide em três níveis pelos quais passam os sujeitos: nível um definido como centro de máxima flexibilidade, centros de nível 2 onde as pessoas dão ‘os primeiros passos na direção do desenvolvimento do projeto de vida’ (MIDES, 2011:5) e os centros nível 3 entendidos como centros de pré-egresso.

Os técnicos acompanham o *‘processo’* que a pessoa realiza utilizando técnicas como: o acordo, a entrevista e o diálogo. A intervenção integra ações como:

regularização de documentação, acesso à recursos assistenciais, obtenção de um passe¹⁰, cartão de INDA¹¹, capacidade de elaborar um currículo, de apresentar-se em uma entrevista de trabalho, de administrar sua economia, de incorporar hábitos de higiene pessoal.

Todos os técnicos do PASC sabem do que se trata o *processo*, apesar da complexidade inerente ser tratada como um dado. A prática das equipes produz sua caixa preta, falamos de um "fato ou de um artefato técnico bem estabelecido. Significa que ele não é mais objeto de controvérsia, de interrogação nem de dúvidas" (PEDRO, 2010: 87).

Constrói-se um *caso* da criação do vínculo à elaboração do processo, finalizando na geração do *projeto de vida*. A caracterização que o PASC faz dos sujeitos em situação de rua justifica o procedimento: 'as atividades diárias de sobrevivência que essas pessoas realizam, assim como a instabilidade na qual vivem não lhes permite manter hábitos cotidianos elementares e muito menos conseguir estabelecer um projeto claro para sua vida' (MIDES, 2011:3).

O projeto de vida é singular e elaborado 'em acordo' com outro, o técnico. Exige como condição, a responsabilização do usuário por esse projeto elaborado em conjunto.

O sujeito em situação de rua é o dado no input da política, a justificativa calculada da existência do Programa. O output, depois do processo e como efeito da gestão de governo, o resultado: o cidadão. A proposta de envolver as pessoas em situação de rua no programa de ação proposto pelo PASC implica a implantação de ações e tecnologias, mas também inclui a vontade do usuário do PASC. Não encontramos dados ou instrumentos que evidenciem as características das pessoas que aderem efetivamente à proposta e quais são os elementos (psíquicos, relacionais, sociais) que incidiram favoravelmente ou negativamente na realização dos '*processos*'.

As pessoas que se mantêm no 'circuito de rua' geram a ideia de porta giratória do PASC. Não terminam de entrar nem de sair, o que põe em questão a proposta de gerar processos e elaborar projetos, são sujeitos recalcitrantes ao engajamento. A recalcitrância (LATOURET, 1999, 2008) dos sujeitos é o 'não planejado' das políticas de

¹⁰ Passe que permite viajar grátis no transporte coletivo urbano.

¹¹ O cartão INDA, habilita a receber o almoço gratuitamente nos refeitórios do Instituto Nacional de Alimentação.

inclusão social.

Sobre a interação entre o técnico e o sujeito, Loredó (2013) afirma que: ‘o primeiro – experto – guia o segundo em direção afins que são seus....canaliza suas respostas e busca sua docilidade’ (p 12). Nesse sentido, a política atua da mesma maneira, assume que os sujeitos e obviamente os objetos são compatíveis com as leis da causalidade, o humano livre e o objeto obediente é a premissa que oculta os permanentes exercícios de obediência que os humanos realizamos (LATOUR, 1999).

NÃO HUMANOS FAZENDO POLÍTICA

Destacamos elementos não humanos convencidos de sua incidência nas relações que sustentam a rede sociotécnica. A noção de ‘delegação’, atribuí à técnica a capacidade de transformar o conteúdo do que expressamos, o que Latour (2001) menciona como transposição do discurso à matéria. No caso de nossa investigação localizamos os significados das ações e ideias das equipes técnicas delegada nos informes e nas outras ferramentas construídas para essa finalidade.

Os não humanos mobilizam e transladam componentes definidos no programa de ação do PASC, encontram-se dispostos a alcançar os objetivos planejados; falamos de informação, conhecimento, dificuldades, experiências, entre outros.

A agência, isto é, a capacidade de ação dos elementos não humanos se evidencia por meio dos ‘mecanismos de inscrição’ produzidos na conformação mesma da rede. Nos referimos ao universo semiótico construído dentro da rede e que circula inscrito em informes, mensagens, base de dados.

Os actantes não humanos que apresentamos a seguir tem sido considerados a partir das relações que mantém com outras entidades e a condição de tais relações. Nesse sentido, as ações implantadas na rede não são competência de um ator singular, mas sim de um coletivo do qual emerge a ação, mais especificamente são as relações que produzem as ações (TIRADO e DOMENECH, 1998; LOREDO, 2009).

A agência dos elementos não humanos participa nas *tecnologias de registro*. A ‘base de dados’ é um software desenhado especialmente, onde se cruzam dados registrados por distintas instituições estatais sobre a pessoa que entra em contato com a instituição ou serviço. Simultaneamente registra a identidade e a ação do operador que

insere dados. Desta maneira se *inscreve e centraliza* instantaneamente o movimento do ‘usuário’ e do ‘operador’.

A *arquitetura e a organização dos espaços* incidem nas práticas cotidianas das equipes técnicas. O *espaço de prática* diz respeito à utilização dos espaços de forma coerente com o programa de ação. Isto quer dizer que os espaços e sua utilização possibilitam a continuidade dos processos de tradução dentro da rede.

A dinâmica dos processos de tradução implica o uso cotidiano dos espaços e gera um conjunto no qual reconhecemos dimensões de caráter funcional e semiótico. Isto quer dizer que desde a prática se confere certa significação aos espaços, outorgando-lhes por um lado capacidade operativa e, por outro lado, promovendo a transformação ou adequação segundo as necessidades das equipes técnicas e do programa.

Em outras oportunidades os espaços podem gerar limitações à prática, aumentando a complexidade da execução do programa. Estas limitações se expressam na prática e, em muitas ocasiões, dizem respeito ao transbordamento que acontece no encontro entre o número de usuários, o espaço físico e o programa de ação.

A *logística* se refere aos insumos fornecidos pelo MIDES, esses elementos contribuem para a dinâmica de execução da política, intermediando o programa de ação. Sua presença coopera para a continuidade da execução. Contudo, sua ausência dificulta o desenvolvimento contínuo e eficiente do programa. Estes elementos podem ser: camas, artigos de limpeza, de higiene, insumos de oficina.

A presença de não humanos incide intensamente sobre os cursos da execução do programa de ação. Estes actantes-mediadores afetam, por meio de suas ações, o processo de tradução da política. O clima é um deles, uma vez que o inverno é um mediador influente na aplicação do programa. O ‘inverno’ como actante adquire uma figuração política de forte influência e se torna um componente de ‘alta tensão’ já que promove o debate sobre o risco e a possibilidade de mortes por hipotermia na rua.

Desta maneira, a dimensão política da problemática de rua se justapõe à prática cotidiana das equipes técnicas e provoca rupturas no programa de ação, por exemplo, por meio da mudança de autoridades¹² e com elas, das orientações do programa. Essa

¹² No ano de 2011, no início do inverno e de nossa investigação, faleceram seis pessoas na rua. Isso motiva a mudança no pessoal do Ministério do Desenvolvimento Social. Posteriormente, a decisão do Poder Executivo de promover a ‘internação compulsiva’ das pessoas em situação de rua motiva a renúncia do Diretor do PASC.

dimensão complexifica ainda mais as condições da prática já que coloca o PASC e aqueles que trabalham nele sob um manto de controvérsia permanente.

Controvérsia sobre a ‘situação de rua’ que alimenta múltiplas versões sobre como entendê-la ou abordá-la. Essas versões provêm do Poder Executivo, da oposição política ou da opinião pública nos meios de comunicação e operam como novos interesses na rede sociotécnica.

Nos momentos de forte presença do PASC nos meios de comunicação, se localiza o fenômeno da situação de rua no marco de um ‘debate político’ do qual participam atores de diversos âmbitos. Isto permeia o programa em geral e, especificamente, as práticas das equipes técnicas e os vínculos que mantém com as instituições da rede, população com quem trabalham e sociedade em geral.

Alguns dos componentes da controvérsia pretendem focar a prioridade das metas do programa na diminuição dos riscos de morte na rua e captar a população que se encontra em situação de risco. Esta definição se agencia na rede e se torna prioritária tanto frente à outras definições do programa como da promoção social (gerar processos).

A prática dirigida à assistência, promoção e inclusão social se redimensiona frente à urgência de prevenir o risco de morte na rua, práticas de prevenção miradas sob o foco atento dos meios de comunicação, atores políticos e sociedade em geral. As equipes técnicas, os meios de comunicação, os atores políticos e os cidadãos de forma geral, são atores que atuam na definição e problematização da situação de rua e, por fim, nas formas de gestão da questão social.

As ações de humanos e não humanos na política pública geram processos de construção de objetos, normas e procedimentos, chamados processos de objetivação. Da mesma maneira, propõem tipos subjetivos para os sujeitos da política e, como vimos até agora, participam da construção coletiva de processos de subjetivação.

TECNOLOGIAS E SUBJETIVAÇÃO

A gestão da questão social necessita de diversos processos de mediação para que o governo das pessoas seja levado à cabo. A ‘condução da conduta’ como ato de governo, implica ações sobre os comportamentos, como ‘liderar, dirigir ou guiar e

possivelmente o emprego de certo tipo de cálculo quanto ao modo que se tem de fazer...” (DEAN, 1999, :17).

A partir desta concepção se presume que é possível gerir e controlar racionalmente as condutas e que a ação de governo é possível graças à agência de numerosos profissionais. No caso do governo das pessoas em situação de rua é claro: o conjunto de organismos de governo, autoridades e técnicos dirige suas ações sobre os comportamentos dos sujeitos a serem governados e isso com um objetivo claro: a inclusão social.

Para alcançar esse objetivo da política pública como prática de governo, é necessário incluir nos processos de engajamento, práticas de autoregulação e responsabilização. Uma série de práticas de cuidado de si propostas pela política pública para serem incluídas nos universos existenciais dos sujeitos em situação de rua.

No mundo ocidental moderno foi marco da elaboração de uma ampla gama de processos de subjetivação que redundou na criação e consolidação do que Guattari (2000) denominou equipamentos subjetivos. No campo das práticas de governo, as diversas expressões do pensamento liberal operaram como matriz para a elaboração de projetos de subjetivação e conseqüentemente de equipamentos subjetivos. Isso, em termo de resultados, prevê a construção de um sujeito ativo, autônomo e responsável por seu próprio governo, do governo de sua liberdade (DEAN, 1999, ROSE, 1989).

A elaboração do projeto de vida por parte dos sujeitos usuários do PASC habilitaria a saída do programa e, conseqüentemente, da situação de rua. Esta meta faz com que os técnicos ‘acompanhem’ o usuário na elaboração desse projeto.

O engajamento busca fixar o usuário do PASC no programa de ação proposto pelo técnico, o que traduz por sua vez os componentes mais gerais da racionalidade política de governo. Por fim, o governo dos outros, se refere à interessá-los no governo de si por meio do governo de sua própria liberdade.

A rede sociotécnica do PASC dirige suas práticas sobre o que Dean (1999) denomina ‘governo ético’. Quatro dimensões compõem o governo ético. O que se quer governar: os hábitos e as condutas; em segundo lugar o modo de governo ético: o traçado e o acompanhamento para gerar processos e sua apropriação por parte dos sujeitos. Em terceiro lugar, o que somos quando somos governados: o sujeito ético, neste caso o sujeito em situação de rua e, em quarto lugar, uma teleologia: isto é, porque governamos ou somos governados, os objetivos buscados na ação, dentre eles a inclusão

social e a construção da cidadania.

O *telos* das práticas éticas no marco dos processos de tradução nas políticas públicas necessita de um usuário que se aproprie do *projeto de vida* proposto pela política. Não é qualquer projeto, seus ideais e proposições respondem à perspectiva hegemônica vinculada às noções de integração social, inclusão social, exercício da cidadania, entre outras.

Engajar os sujeitos em situação de rua nos componentes semióticos e discursivos de tais propostas, exige das equipes técnicas a elaboração e o exercício de práticas tutelares, dirigindo suas ações sobre pequenas frações do cotidiano dos sujeitos, os hábitos e as condutas.

O trabalho sobre os hábitos e condutas é um trabalho de canalização próprio ao disciplinamento. É necessário instalar nos espaços fechados como: Centros Noturnos, abrigos e Centros Diurnos, o desenvolvimento de tecnologias disciplinares dirigidas a modelar o corpo e condutas do indivíduo, condições necessárias para a produção do sujeito responsável por si. Falamos de um sujeito responsável por assumir as mudanças de hábitos e condutas propostas pela razão política e de fazê-los se sustentarem de forma a sair do PASC e ingressar e manter-se incluído na sociedade.

A necessidade de auto-sustentação ligada à meta de manter-se incluído na sociedade arrasta outras determinações ligadas ao uso de certas habilidades, já não estamos falando unicamente de incorporação de hábitos e mudança de condutas de um sujeito dócil e disciplinado, mas de se tornar um sujeito ativo, empreendedor. Os processos de subjetivação e os equipamentos ligados à governamentalidade liberal, voltados à construção de um sujeito responsável por si, se ligam aos ideais de um sujeito empreendedor, gestor e empresário de sua própria vida, próprios das exigências neoliberais. Durante sua passagem pelo PASC, os sujeitos tiveram acompanhamento de serviços de saúde, vinculados a oportunidades de trabalho ou educativas pelas equipes; agora é tempo do próprio sujeito se manter, responsabilizar-se e gerir sua saúde, sua moradia, seu trabalho, sua educação; inclusive transmitindo e estimulando a serem responsáveis e empreendedores aqueles que estão sob seu encargo.

Por fim, os sujeitos são permanentemente estimulados a levar a cabo seu próprio projeto incorporando a autodisciplina, o cálculo e a previsão como empresários de si mesmos (DEAN, 1999; ROSE, 1989).

O ‘governo progressista’ sintetiza e justapõe em sua prática proposições liberais e neoliberais; isso implica um paradoxo ou contradição? Ou se refere à hibridação das formas governamentais? Esta última possibilidade nos parece mais acertada. Alguns estudos afirmam que as esquerdas progressistas não situam o socialismo como forma de organização das sociedades, mas aderem a uma mudança moderada (VILAS, 2005; GARRETÓN, 2012); a ‘um tipo de capitalismo mais equilibrado, portanto, mais regulado, mas que mantenha intactas muitas das recomendações macroeconômicas na chave neoliberal’ (GARRETÓN, 2012: 49).

Devemos ressaltar que o cidadão do governo progressista difere substancialmente do proposto pelo neoliberalismo dos anos 90 e muito mais do cidadão dos 70-80 em nosso país. A ditadura civil-militar decompôs a cidadania da democracia liberal do séc. XIX em regimes de conformidade ao autoritarismo, promovendo um sujeito dócil, alienado e acrítico. Os anos 90 promoviam um sujeito empreendedor, exaltando o sucesso individual que aproveita as oportunidades do mercado. Desde 2005 a proposta tem sido construir um cidadão consciente de seus direitos e capaz de exercê-los, tendo como eixos a equidade e a solidariedade.

Se considerarmos as dimensões passado-presente e local-global nos modos da ‘gestão da questão social’, nos alarmaria a complexidade dos dispositivos e modalidades subjetivas que palpitam nas formas atuais de cidadania. As ciências sociais ligadas às práticas de governos e resultantes dos processos de purificação da modernidade (LATOUR, 2007), insistem em simplificar tal complexidade. Estas visões (estatística, sociologia e economia), conhecidas como ‘ciências do Estado’ simplificam, a heterogeneidade inerente às tecnologias de governo e aos processos de subjetivação.

Consideramos que o estudo das políticas públicas a partir da perspectiva das redes sociotécnicas traz elementos chave para elucidar os agenciamentos gerados na ‘gestão da questão social’, entendendo a construção política do mundo como efeito de ações de humanos e não humanos.

O estudo da construção política de nossas sociedades deve integrar as dimensões locais e globais das governamentalidades, a atualidade e história das mesmas, e cada vez com mais clareza, o rol dos saberes agenciados a essa construção. O engajamento da psicologia, antropologia e outras disciplinas nas práticas governamentais atuais formam parte desse objeto de estudo.

CONCLUSÃO

Analisar as práticas profissionais nos lança sobre novos campos de reflexão. Não somente investigarmos o tipo de práticas que desenvolvem nossas equipes técnicas, mas também abordarmos que tipo de efeitos promovem sobre os sujeitos com os quais trabalham. Como analisar a ontologia política dos trabalhadores do social? Ou, como participam no governo da população?

Despret (2009), referindo-se à investigação experimental, afirma que o dispositivo produz as características de condescendência nos sujeitos que participam da investigação. A autora se refere à docilidade dos sujeitos em casos específicos. É interessante, a nosso ver, incluir essa dimensão no estudo dos processos de tradução das políticas públicas e, especificamente, nos processos de subjetivação nelas implicados. Vimos que para a tradução de um programa de ação no campo das políticas públicas a docilidade de humanos e não humanos resulta necessária. Entre os humanos colocamos tanto os beneficiários da política como aqueles que, no cumprimento da tarefa técnica, nela estão também engajados.

O conhecimento que o dispositivo da política acumula sobre as práticas e os sujeitos com os quais trabalha, por um lado, e o sujeito categorizado como ‘em situação de rua’, por outro, são parte de um agenciamento. Dispositivo e sujeitos mudam, um transforma o outro, geram um ciclo atrás do outro na dinâmica de tradução (HACKING, 1995). Esse laço ou acomodação da rede sociotécnica, nos diz de adaptações constantes dos atores, o que nos leva a pensar a incidência da tensão docilidade-recalcitrância nos processos de subjetivação. O par docilidade-recalcitrância parece se constituir como um interessante analisador dos processos de tradução no marco das políticas públicas. Nos leva a estudar os processos de construção da cidadania focando o ‘entre’ na relação dos dispositivos de subjetivação com os comportamentos dos sujeitos.

Estudar a política pública desde uma perspectiva que expande o olhar para conexões e superfícies heterogêneas, não somente nos permite mapear ações e conexões atuais. Nos permite adentrar a genealogia de associações e significações que palpitam na ação política das equipes técnicas e dos saberes disciplinares que as compõem.

TRADUÇÃO: AUGUSTO CESAR COELHO

CAMILO VENTURI
GUSTAVO FERRAZ
REVISÃO TÉCNICA: BRUNO FOUREAUX

REFERÊNCIAS

- AGUILAR VILLANUEVA, L. **La hechura de la políticas**, Miguel A. Porrúa Editores, México, 1992.
- DESPRET, V. Os dispositivos experimentais en Dossie Despret. **Fractal: Revista de Psicología**, 23 (1), 2009, pp 5-82. Disponível em www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/648. Acessado em 2016.
- CALLON, M. Algunos elementos para una sociología de la traducción: la domesticación de las vieiras y los pescadores de la bahía de St. Brieuç, 1995, em Iranzo, J.M, Blanco,R., Gonzalez, T., Torres, C., Cotillo, A. **Sociología de la ciencia y la tecnología**, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid. 1995, pp 259-282.
- CALLON, M. El proceso de construcción de la sociedad. El Estudio de la tecnología como herramienta para el análisis sociológico, 1998, En Domenech, M., Tirado, F. **Sociología Simétrica. Ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad**, Barcelona, Gedisa, 1998, pp. 143- 170.
- CORREA MOREIRA, G. **El concepto de mediación técnica en Bruno Latour. Una aproximación a la teoría del actor-red**. Psicología, Conocimiento y Sociedad, 2 (1), 2012, pp. 54 – 79. Disponible en [www.http://revista.psico.edu.uy](http://revista.psico.edu.uy)
- DEAN, M. **Governmentality. Power and rule in modern society**. London, Sage. 1999.
- DOMENECH, M., TIRADO, F. Claves para la lectura de textos simétricos. 1998 em Domenech, M., Tirado, F. **Sociología Simétrica. Ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad**, Barcelona, Gedisa, 1998, pp 13-50.
- EL OBSERVADOR (2013). [www.elobservador.com.uy/noticia/250539/con-el-inicio-del-frio-mides-atendera-a-1350-pe rsonas-en-situacion-de-calle/](http://www.elobservador.com.uy/noticia/250539/con-el-inicio-del-frio-mides-atendera-a-1350-personas-en-situacion-de-calle/) Acessado em 2016.
- FERREIRA, A., FREIRE, L., MORAES, M., JACQUES ARENDT, R. **Teoria Ator-Rede e Psicología**, NAU Editora, Rio de Janeiro, 2010.
- FOUCAULT, M. **El nacimiento de la biopolítica**, FCE. Buenos Aires, 2007.
- FOUCAULT, M. **El gobierno de sí y de los otros**, FCE, Buenos Aires, 2009.
- GARRETÓN, M. **Neoliberalismo corregido y progresismo ilimitado: los gobiernos de la concertación en Chile 1990-2010**; Santiago de Chile, Editorial Arcis, 2012.
- GRAU, M., INIGUEZ, L, SUBIRATS, J. (2010). La perspectiva sociotécnica en el análisis de políticas públicas. **Psicología Política**, ISSN 1138-0853, N. 41, 2010, 61-80. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3403437>. Acessado em 2016.

GUATTARI, F. **Cartografías esquizoanalíticas**, Buenos Aires, Bordes Manantial, 2000.

HACKING, I. The looping effects of human kinds. En D. Sperber, D. Premack, & A. Premack (Eds.), **Causal Cognition: An Approach** (pp. 351-383). Oxford: Oxford University Press, 1995.

LATOUR, B. De la mediación técnica: filosofía, sociología, genealogía. Em DOMENECH, M., TIRADO, F. **Sociología Simétrica. Ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad**, Barcelona, Gedisa, 1998, pp 249-302.

LATOUR, B. **Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia**, San Pablo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

LATOUR, B. **La esperanza de Pandora. Ensayos sobre la realidad de los estudios de la ciencia**. Barcelona, Gedisa, 2001.

LATOUR, B. **Nunca fuimos modernos. Ensayo de antropología simétrica**, Buenos Aires, S.XXI, 2007.

LATOUR, B. **Reensamblar lo social. Una introducción a la teoría del actor-red**, Buenos Aires, Manantial, 2008.

LA REPÚBLICA (2013). Em www.republica.com.uy/refugios-del-mides-estan-en-condiciones-de-atender-demanda/. Acessado em 2016.

LAW, J. **After Method. Mess in social science research**, London, Routledge, 2004.

LOREDO NARCIANDI, J. Sujetos o actantes? El constructivismo de Latour y la Psicología Constructivista. En: *AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana*. www.aibr.org Volumen 4, Número 1. Enero-Abril 2009. pp. 113-136.

MIDES . **Ministerio de Desarrollo Social. Dirección Nacional de Integración Social**. Programa de Atención a la Situación de Calle (PASC) Llamado a Organizaciones de la Sociedad Civil (OSCs) y/o Cooperativas de Trabajo para presentar propuestas de trabajo para la gestión de centros 24 hs en la ciudad de Montevideo en el marco del PASC, Licitación Pública No. 8/2012.

ROSE, N. **Governing the soul. The shaping of the private self**. London, Routledge. 1989.

TIRADO, F., GALVEZ, A. Comunidades virtuales, ciborgs y redes sociotécnicas: nuevas formas para la interacción social. **Revista Digital D"humanitats**, Digithum/4. 2002. Disponible em: <http://www.uoc.edu/humfil/articles/esp/tiradogalvez0302/tiradogalvez0302.html>. Acessado em 2016.

TIRADO, F.; DOMENECH, M. Asociaciones heterogéneas y actantes: El giro post social de la teoría actor-red, *AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana*, Ed. Electrónica Núm. Especial. (Noviembre-Diciembre 2005). Disponible em: <http://www.aibr.org/antropologia/44nov/articulos/nov0512.pdf>. Acessado em 2016.

VILAS, C. La izquierda latinoamericana y el surgimiento de regímenes nacionales-populares, en **Revista Nueva Sociedad** N. 197, Buenos Aires, 2005.